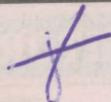


Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas
E-mail: robertog@npd.ufes.br



/// Ao final da Rio+20, o Espírito Santo não tem um inventário dos gases-estufa, impossibilitando a política de mudanças climáticas

ES-20

Ao final da Rio+20, o governo estadual ainda não divulgou o documento com a “base para a adoção de estratégias e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento socioambiental”. Tal compromisso, mais o de apresentá-lo na referida conferência, foi assumido no seminário “O Espírito Santo e a Rio +20: Avaliação e Desafios” (Sema/Iema – 04/06).

Sem esse documento a participação na Rio +20 ficou restrita a quatro projetos setoriais; nada sobre o ultrapressionado litoral. O ES também não tem um inventário dos gases-estufa, impossibilitando a política de mudanças climáticas. A partir deles, mostram diferentes contradições entre o sustentável e o insustentável.

1. “Reflorestar”. Ao mesmo tempo em que se busca a “recomposição florestal”, aumentou no ES o desflorestamento da Mata Atlântica: 364 ha (2010-2011, identificado em apenas 36% da área total estadual) em comparação com 237 ha (2008 – 2010, em 90% da mesma área). Vige, portanto, uma convivência contraditória entre “reflorestar” e “desmatar”.

2. “Incluir”, redução da pobreza. Como está o balanço entre as famílias que

recebem bolsa(s) federal ou estadual e as que ficaram independentes? Desde 2006, o total de famílias bolsistas no ES está em torno de 190 mil. De cada cinco residentes, um tem vínculo com um cartão chapa-branca. Os governos, inclusive o estadual, enfatizam o número de famílias que sobrevivem de bolsa(s) – e não as que se tornaram sustentáveis na renda. Mas o padrão de consumo decorrente reafirma o que está em vigor em questão. Por ex., o transporte individual.

3. Energias. Enquanto a agência estadual estuda a eólica e a solar, implanta-se uma termelétrica a óleo em Viana; também no transporte coletivo as energias fósseis são reafirmadas. Na habitação, a solar é pontual. A sustentabilidade não é comum a todas as políticas públicas. A sua viabilidade seria ampliada com uma política fiscal e de financiamento da produção e do consumo limpos.

4. “Águas Limpas”. É expressivo o aumento do acesso à água tratada, bem como ao esgoto tratado – ainda sem definição do reúso. Porém, o ES é o 3º maior consumidor médio de água per capita: 182,6 l/hab.dia – devido ao seu perfil industrial. Esse consumo é sustentável?

É possível atenuar ou até superar essas e outras contradições em uma transição de mudança para um modelo em que a resultante seja pró-sustentável. O ES não pode perder mais 20 anos sem o “Relatório de Sustentabilidade”.